

**RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO DE ELEIÇÃO DE TERRA INDÍGENA LOCALIZADA NO
MUNICÍPIO DE MARICÁ, RIO DE JANEIRO**

Pablo Antunha Barbosa e Tônico Benites

- Antropólogos -

Agosto / 2009

Assunto: O presente estudo se constitui em um relatório Antropológico de Eleição de Área, de acordo com o constante na Instrução Executiva nº 67/2009/DAF/FUNAI de 26 de Junho de 2009, com objetivo de levantar dados antropológicos e cartográficos necessários para fundamentar o processo de regularização fundiária de área no município de Maricá a ser destinada a comunidade indígena Mbya-Guarani que ocupa atualmente área da praia de Camboinhas, no município de Niterói, ambas no Estado do Rio de Janeiro.

Denominação: Terra Indígena Tekoa Kaaguy Hovy Porã.

Localização: Maricá, Rio de Janeiro.

Superfície: 932.681,500 m²/93,2682 há.

Perímetro: 6.016,620 m.

Etnia: Mbya-Guarani.

Língua: Guarani.

Delimitação: Instrução Executiva nº 67/DAF/FUNAI de 26 de Junho de 2009.

Coordenação dos Trabalhos: Pablo Antunha Barbosa e Tônico Benites.

Índice

I – Apresentação.

II – Dados Gerais.

1. *Dados gerais sobre os Guarani.*
2. *A presença Mbya-Guarani no litoral brasileiro.*
3. *A presença Mbya-Guarani no Estado do Rio de Janeiro.*

III – Histórico da formação da Aldeia de Itarypu e de Mbo'yty

1. *Contexto.*
2. *A formação da aldeia de Itarypu.*
3. *A vida na Aldeia de Itarypu e a inauguração da aldeia de Mbo'yty após o incêndio.*

IV – A Terra Eleita em Maricá, Rio de Janeiro

1. *Dados gerais sobre o Município de Maricá – Rio de Janeiro.*
2. *Histórico das discussões entre a prefeitura de Maricá, FUNAI e a Comunidade Mbya-Guarani.*
3. *Descrição técnica da área*
4. *O que acharam os Mbya-Guarani da área*

VI – Conclusão

VIII – Bibliografia

VII – Anexos

1. *Diagrama de parentesco*
2. *Mapas, desenho e croquis*
3. *Fotos*

I – Apresentação

O presente relatório de Eleição de Área é uma das peças técnicas que compõe o processo nº047/2009/DAF/FUNAI relativo à ocupação Mbya-Guarani em Camboinhas, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro e a regularização de uma área localizada no município de Maricá, próximo a localidade de São José do Imbassaí, no “Morro do Mololó”.

A Diretoria de Assuntos Fundiários da Fundação Nacional do Índio solicitou através da Informação Técnica nº11/DAF, processo nº 047/2009/DAF, que fossem realizados estudos antropológicos e cartográficos, em parceria com a comunidade Mbya-Guarani de Camboinhas, com objetivo de verificar se a área localizada em Maricá atende aos requisitos necessários para constituição de uma reserva indígena, nos termos do art. 26 e 27 do Estatuto do Índio – Lei nº 6001/73. Nesse sentido, a DAF autorizou através da Instrução Executiva nº67/2009, o deslocamento dos antropólogos Pablo Antunha Barbosa e Tonico Benites, assim como do engenheiro-agrimensor Sebastião Carlos Baptista, aos municípios de Rio de Janeiro-RJ, Maricá-RJ e Niterói-RJ, com objetivo de que se realizassem os estudos acima citados, entre os dias 22 de julho de 2009 e 31 de julho de 2009.

Para recapitular rapidamente os fatos e o histórico do presente processo, lembramos que se realizou no dia 18/12/2008 em Niterói uma reunião entre as lideranças Mbya-Guarani de Camboinhas e representantes da FUNAI e de ONG CCOB (Conselho Comunitário da Orla da Baía de Niterói). Conforme consta na Informação Técnica nº01, durante a reunião, Lídia Nunes – liderança da comunidade - manifestou a necessidade de que a FUNAI encontrasse uma área que atendesse ao modo de vida Guarani e reiterou a impossibilidade de voltar para a Parati-Mirim, área de onde saíram. Afirmou ainda que a área de Camboinhas carece de boas condições para a agricultura e também sofre de intenso fluxo de não-indígenas. Contudo, ressaltou que seria importante manter o local, pleiteando que a área se transforme, entre outros, em “Centro Cultural Indígena” onde possam ser realizadas apresentações e manifestações em apoio à luta indígena. Além de que se constitua um espaço onde os Mbya-Guarani possam comercializar os artesanatos fabricados por eles. É necessário, no entanto, contextualizar que esse posicionamento se deu seis meses depois do incêndio da aldeia e que levou a antropóloga Elizabeth Pissolato a escrever a primeira Informação constante no processo por solicitação da FUNAI. Neste sentido, ficou clara a

posição da comunidade em querer encontrar uma terra, sem que o espaço onde vivem atualmente seja por eles abandonado.

Devido às posteriores dificuldades com que se deparou a FUNAI para encontrar uma área adequada para a Comunidade Indígena de Camboinhas, a prefeitura de Maricá manifestou interesse em regularizar a situação fundiária dos Mbya-Guarani. Realizou-se, assim, uma reunião no dia 10 de maio de 2009, entre o prefeito de Maricá, Washington Quaqué, e representantes da comunidade indígena, da FUNAI e da FUNASA. A partir desse momento, a prefeitura oficializou, no dia 13 de Maio de 2009, através da Secretária Municipal de Direitos Humanos, Rosângela Zeidan, o interesse de oferecer terras para a Comunidade Mbya-Guarani de Camboinhas, no próprio município de Maricá, numa área conhecida como “Morro do Mololó”. Reiterando seu interesse, a prefeitura de Maricá abriu, no dia 17 de Junho de 2009, um processo administrativo de nº 8691 com o objetivo de regularizar a área acima citada para o grupo Mbya-Guarani de Camboinhas. Na folha 15 do processo em questão fala-se que a *“área oferecida para a instalação da aldeia fica próxima ao Canal da Costa, estando distante, porém, da Orla da Lagoa e da APA, num espaço de aproximadamente 470.000 m² de terreno”*.

Neste sentido, apresentaremos a seguir os dados antropológicos e cartográficos levantados durante a pesquisa. O levantamento foi realizado em parceria com a Comunidade Mbya-Guarani e o engenheiro-agrimensor Sebastião Carlos Baptista com o duplo objetivo de identificar a área acima citada e verificar se a área é passível de oferecer as condições necessárias para a reprodução física e cultural da comunidade em questão, segundo seus usos, costumes e tradições, conforme prevê a Constituição Federal do Brasil e conforme os anseios da comunidade.

II – Dados Gerais

1. Dados Gerais sobre os Guarani.

Dentre as informações existentes sobre os grupos Guarani - abrangendo os Mbya, Ñandéva/Xiripa e Kaiowá - o que se mostra relevante destacar em primeiro lugar é sua grande dispersão territorial, envolvendo parte do Paraguai oriental, do nordeste da Argentina, do Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo¹. Esse extenso território, tradicionalmente ocupado pelos Guarani, mesmo se compartilhado com os não-indígenas, é chamado de *Yvy Rupa* e não leva em consideração as fronteiras internacionais instituídas pelo processo de constituição dos Estados-Nações que é posterior à concepção guarani de “território”.

Como já foi apontado por Curt Nimuendaju em 1914 (1987) em *As lendas de criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapokuva-Guarani*, os Guarani têm sido fontes de muitas publicações. “*Os índios Guarani são tão conhecidos, que pareceria supérfluo escrever ainda mais alguma coisa a seu respeito*” (Nimuendaju, 1987 [1914]: 3).

De qualquer forma, os primeiros registros datam do século XVI e remontam aos dias de hoje. Essas primeiras descrições foram feitas por cronistas, missionários e viajantes do período colonial. Posteriormente, logo após as primeiras independências sul-americanas por volta do início do século XIX, religiosos, militares e cientistas continuaram a dar inúmeras notícias sobre os Guarani, tanto do Paraguai e Argentina, quanto do Brasil. Deste modo, temos a disposição uma vasta documentação que atesta a continuidade histórica da presença Guarani ao longo dos séculos nos Estados do sul, sudeste e centro-oeste do Brasil. Essas regiões continuam, nos dias de hoje, a serem ocupados pelos Guarani.

Mesmo se no último século os Guarani perderam muitas áreas devido a grande pressão colonial, eles vêm conseguindo manter uma rede de diversas aldeias espalhadas em seu “território tradicional”, conservando assim uma dinâmica social autônoma e mantendo sua forma específica de relacionar-se com o espaço.

Linguisticamente os Guarani fazem parte do Tronco Lingüístico Tupi, da Família Tupi-Guarani, da Língua Guarani, apresentando no território brasileiro os dialetos Kaiowá,

¹ Os Guarani também estão presentes nas terras baixas bolivianas e no Estado do Pará no Brasil.

Ñandéva e Mbya. No Paraguai, esses mesmos grupos são encontrados, mas recebem outras denominações. Os Ñandéva são mais conhecidos por Avá-Txiripá; os Kaiowá são denominados pelo termo de Pai-Tavyterã; e os Mbya da mesma maneira que no Brasil, isto é Mbya.

Demograficamente, é difícil fazer um diagnóstico preciso sobre a população Guarani e essa dificuldade vem sendo levantada há anos por diferentes especialistas. Por um lado, a pesquisa demográfica é vista pelos indígenas como mais um mecanismo de dominação, dificultando assim seu levantamento. Porém, sem dúvida alguma, a maior dificuldade vem da grande mobilidade espacial praticada pelos Guarani e sobretudo pelos Mbya-Guarani. Esta grande mobilidade implica que um mesmo indivíduo ou uma mesma família seja registrada mais de uma vez ou simplesmente não conste nos censos. De qualquer forma, é possível apresentar dados mais ou menos confiáveis que ofereçam informações valiosas para um estudo sobre a projeção relativa ao crescimento populacional do grupo. Assim, segundo Assis e Garlet (2004 : 39),

“Confrontando-se dados estatísticos sobre as populações Guarani de décadas passadas com os auferidos em levantamentos atuais, percebem-se significativas disparidades. Felizmente estas diferenças são auspiciosas, uma vez que sinalizam para o crescimento demográfico”.

Muitas vezes esse aumento populacional se dilui em diversos aspectos, causados por outros processos sociais, como, por exemplo, a crise da Argentina ou a promulgação da Constituição de 1988 no Brasil. Por um lado, a crise na Argentina aumentou o fluxo migratório entre o nordeste argentino e o Brasil, aumentando assim a densidade em aldeias localizadas no território brasileiro. Por outro, a Constituição de 1988 possibilitou que novos indivíduos reivindicassem a identidade indígena devido ao reconhecimento de direitos diferenciados. Todavia, não podemos deixar de levar em conta aspectos internos que indicam importantes pistas para se analisar o perfil demográfico atual entre os Guarani. Ao contrário do que vem sendo argumentado por certos setores da sociedade, trata-se nos últimos 30 anos, pelo menos, de uma efetiva e importante recuperação populacional e não somente de um inchaço demográfico localizado em algumas aldeias ou regiões. Essa recuperação faz com que a população Mbya-Guarani venha crescendo de forma significativa nos últimos anos. Conforme explicita Azevedo (Azevedo in Assis e Garlet, 2004):

“Após um longo período de perdas populacionais causadas por guerras, epidemias e pelos processos de escravização, os povos indígenas iniciam um processo de recuperação demográfica, muitas vezes consciente”.

No caso dos Mbya-Guarani, observa-se nos últimos anos uma mudança progressiva no número de filhos por casal. Observamos que a taxa de natalidade vem aumentando e inversamente ao que ocorria a taxa de mortalidade diminui. Deste modo, os dados existentes atestam justamente para um aumento acelerado da população. Assim, inúmeras ações, tanto indígenas quanto estatais, demonstram uma dinâmica em busca de novas áreas.

A partir destas ligeiras considerações podemos fazer uma aproximação quantitativa, quanto aos dados populacionais referente a população Guarani e seus três subgrupos. No litoral brasileiro, a população Guarani é composta principalmente pelos Mbya e Ñandéva. Atualmente os Mbya predominam numericamente em toda a faixa litorânea, desde o Rio Grande do Sul até o Espírito Santo. Estimativas apontam que na época da conquista a população guarani era de aproximadamente 2 milhões de pessoas. Hoje, essa população soma cerca de 70 mil pessoas, contando o Brasil, o Paraguai e a Argentina. No entanto, no Brasil, conta-se aproximadamente 35 mil pessoas, sendo 20 mil Kaiowá, 8 mil Ñandéva e 7 mil Mbya (CTI, 2004: 6).

2. A presença Mbya-Guarani no litoral brasileiro.

Os estudos contemporâneos atestam que os Mbya atuais descendem de grupos Guarani que não se submeteram aos encomenderos espanhóis assim como também não se submeteram às missões jesuíticas criadas nos séculos XVII e XVIII nas regiões de Guairá e de Sete Povos. Esses grupos que se refugiaram nas matas ficaram conhecidos na literatura com o nome genérico de *Ka'aguygua*, *Kayguá* ou ainda *Cainguá*, termo que significaria *“gente da mata ou gente da floresta”* (Ladeira e Azanha, 1988).

Para os Mbya-Guarani o *“centro da terra”* ou *“Yvymbyte”* está localizado no oriente paraguaio, entre os rios Monday e Yguazú e ainda na província do Alto Paraná, também em território paraguaio. Porém, ao longo da segunda metade do século XIX e, sobretudo, a

partir do início do século XX os Mbya-Guarani avançaram em direção ao leste adentrando assim em território brasileiro via o Rio Grande do Sul, o Paraná e Santa Catarina. No entanto, mesmo se essa migração é atestada, ainda é extremamente difícil afirmar com exatidão de quando remontam essas migrações. É provável que esses deslocamentos sejam mais antigos. Segundo o pesquisador paraguaio Léon Cadogan (um dos maiores conhecedores da cultura e da história Guarani), a migração Mbya-Guarani em direção ao mar é muito mais remota. Essa afirmação corrobora as hipóteses formuladas ainda na primeira metade do século XX pelos antropólogos Nimuendaju e Métraux. Esses pesquisadores - que se preocuparam em utilizar métodos modernos e mais rigorosos na recente pesquisa antropológica brasileira - consideraram que as migrações em direção da “*Terra Sem Mal*” ou “*Yvy Marã Ey*”, lideradas por chefes religiosos, antecederam a chegada dos europeus e só fizeram aumentar depois da conquista européia. Em um trecho importantíssimo da obra de Nimuendaju, relativo a migração dos Apapokuva-Guarani ao litoral, ele afirma que:

“Os fatos históricos só fazem confirmar o que os próprios índios sempre me asseguraram: a marcha dos Guarani para o leste não se deveu à pressão de tribos inimigas, tampouco à esperança de encontrar melhores condições de vida do outro lado do Paraná; ou ainda ao desejo de se unir mais intimamente à civilização – mas exclusivamente ao medo da destruição do mundo e à esperança de ingressar na ‘Terra Sem Mal’” (1987 [1914]: 102).

Pelas informações disponíveis, os Mbya-Guarani penetraram o território brasileiro por duas rotas distintas. Uma primeira rota que vindo da Argentina adentrou o território brasileiro via o Rio Grande do Sul. Posteriormente, esta primeira leva rumou para o norte seguindo o litoral e formando as aldeias do Rio Branco (SP), Boa Esperança (ES) e Boa Vista (SP). Uma segunda rota saiu do oriente paraguaio e entrou no Brasil pelo Estado do Paraná formando também diversas aldeias. Essa migração constituiu, em seguida, a maioria das aldeias que hoje estão localizadas nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A partir de uma perspectiva histórica e antropológica, percebe-se que a configuração do território Mbya-Guarani se caracteriza fundamentalmente na existência de diversas aldeias (*tekoa*) espalhadas em um amplo espaço transnacional, onde a faixa litorânea se apresenta como limite. Deste modo, a noção de “território” para os Mbya-Guarani extrapola os limites físicos das aldeias ou das áreas demarcadas, onde o que importa são por um lado os lugares apresentados aos Mbya-Guarani por “*Ñanderu*” e por outro as relações entre as

diversas aldeias que mantêm uma dinâmica de reciprocidade muito forte entre si. Assim, “*as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e religiosas e as redes de parentesco implicam uma permanente mobilidade que garante aos Mbya o domínio de uma ampla extensão geográfica*” (CTI, 2004: 8).

Esta dinâmica social, política e religiosa que acabamos de apresentar faz com que a escolha de um *tekoa* (lugar onde se possa viver segundo os “*nossos costumes*”) constitua-se principalmente a partir de um conjunto de normas de conduta em relação aos outros seres que compartilham o mesmo espaço. Os lugares, assim, são escolhidos por determinação dos líderes religiosos, que por sua vez, escutam as “*belas palavras*” divinas. Pois, para que se estabeleça uma aldeia Mbya-Guarani é necessário que se concentrem certas condições essenciais. A aldeia não é um local ao acaso, unicamente para que se construam casas; mas sim um espaço onde se possa plantar, onde se possa estar feliz, onde se possa rezar, onde se estabeleçam as relações de parentesco, etc. Uma aldeia para os Mbya-Guarani é um lugar onde as crianças possam aprender o “*ñandereko*”, ou seja, um local onde todas as condições estejam reunidas para que a criança possa ser um verdadeiro Guarani. Neste sentido, uma aldeia Guarani nunca será criada ao acaso. O lugar será sempre anunciado aos chefes religiosos através das “*belas palavras*” pronunciadas pelas divindades durante as rezas e as danças.

A Serra do Mar e suas adjacências, tanto no planalto quanto na baixada, concentram muitas das condições exigidas pelos Mbya-Guarani para a formação de uma aldeia. Assim, essa região vem sendo ocupado pelos Mbya-Guarani há muito tempo. Toda a zona que vai do litoral do Rio Grande do Sul até o litoral do Espírito Santo, “*não é alheia aos Mbya: o conhecimento dela é anterior e maior àquele do juruá² que se diz ‘proprietário’ do lugar*” (Ladeira e Azanha, 1988: 24). Os Mbya-Guarani têm um conhecimento mais apurado e que precede ao do não-indígena de grande parte da região meridional do Brasil e reivindicam, hoje, parte dessa região embora muitos desses lugares não tenham mais as condições necessárias para sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Tendo em vista também o processo de colonização e de institucionalização do território brasileiro. Desta forma, dificilmente se encontrará uma aldeia que não tenha mato (com caça e/ou pesca), aonde não se possa plantar (nem que seja um mínimo) e que não

² Juruá significa não-indio para os Mbya-Guarani.

mantenha certa distância dos não-indígenas (essa distância não precisa ser física). “E, ainda que seja alto, que tenha água (rio) e pedras, são as ‘belas palavras’, as palavras divinas ouvidas pelo ñanderu que vão conduzir a fixação em um determinado lugar” (ibid: 25).

3. A presença Mbya-Guarani no Estado do Rio de Janeiro.

A presença Tupi, desde a época colonial, sempre esteve apontada na historiografia brasileira e não vale a pena retomar aqui esses dados já fartamente analisados por outros pesquisadores. No entanto, parece-nos interessante retomar dados mais recentes e que atestem a presença Guarani no Rio de Janeiro. No relatório de João Caldas Vianna, Presidente da Província do Rio de Janeiro entre 1843 e 1844 consta informações sobre Guarani no Estado e mais especificamente em Niterói.

*“Nos municípios de Campos, **Nictheroy**, e Cabo Frio existem aldeamentos; nos de Itaborahy, Resende, Mangaratiba, e Valença existem apenas vestígios d’elles, (...). Em Cabo Frio houve uma aldea de Índios, no lugar onde está a Freguezia de S.Pedro (...). Os mais em numero de 350 a 400 adultos andão dispersos pelas terras de seu próprio patrimônio (...) consta que descendem dos Guaranis (...).”*

Um pouco mais tarde, em 1902, o pintor e historiador paulista Benedito Calixto, registrou a presença Mbya-Guarani em área próxima à cidade de Itanhaém e da região de Parelheiros, ambas no Estado de São Paulo (CALIXTO, 1902 in LADEIRA, 1992: 19-24). Da mesma forma Nimuendaju também observou no início do século XX “hordas” Ñandéva que estariam se dirigindo ao litoral paulista por volta de 1914. Egon Schaden, por sua vez, evoca a década de 1940 e fala de grupos que teriam caminhado da província argentina de Misiones rumo ao litoral de São Paulo (Schaden, 1974: 5).

De um modo geral, os estudos antropológicos afirmam que a instalação de famílias extensas Mbya-Guarani no estado do Rio de Janeiro fazem parte de um movimento mais amplo de deslocamento, a partir dos estados meridionais do Brasil e de regiões da Argentina e do Paraguai. Essa dinâmica atesta um movimento em direção a diversos pontos da Serra do Mar. Esse movimento antigo conheceu um intenso fortalecimento nos anos 1980, quando cerca de uma dezena de terras foram demarcadas e homologadas nos estados de

São Paulo e do Rio de Janeiro, comprovando o reconhecimento por parte do Estado brasileiro da ocupação tradicional guarani.

No entanto, a presença Mbya-Guarani no Estado do Rio de Janeiro está atestada desde a década de 1950, com abertura da estrada Rio- Santos. Como afirma Pissolato (2006: 33),

“As primeiras notícias de grupos mbya instalados na região de Parati e Angra dos Reis datam do final da década de 1950, quando um grupo, vindo de Rio Silveira, uma área então já de ocupação mbya no estado de São Paulo permaneceu em Parati-Mirim por cerca de 8 anos e daí partiu para o Espírito Santo, fixando-se na área indígena de Caieiras Velhas, onde foi fundada a aldeia mbya de Boa Esperança. Desde esta primeira ocupação, o local, às margens do rio Parati-Mirim, no município de Parati, bem como a mata de difícil acesso na região de Bracuí (Angra dos Reis) teriam se tornado uma referência para os Mbya que chegassem ao estado do Rio de Janeiro. A partir de fins da década de 1980, a ocupação mbya destas áreas incrementa-se com a vinda de um grupo bastante numeroso do Paraná para Bracuí. Neste período assiste-se também a reocupação da aldeia de Parati-Mirim que havia sido esvaziada na década de 60, devido a pressão de posseiros da região, por um grupo mbya que vivia em Boa Esperança, ES, oriundo de Rio das Cobras, PR ; assim com a consolidação de uma outra área indígena, Araponga, junto a divisa com São Paulo, ocupada desde a década de 70 por famílias dissidentes da aldeia de Bracuí. Este também é o período de abertura dos processos de identificação e delimitação das áreas, que terminam por serem homologadas em 1995 e 1996”.

Atualmente, os Mbya-Guarani do Estado Rio de Janeiro se encontram nas pequenas aldeias regularizadas até 1996 e nas terras reivindicadas que aguardam a regularização fundiária pela FUNAI³, situadas nos municípios de Parati, Angra dos Reis e Niterói. Segue abaixo a relação das aldeias Mbya-Guarani do Rio de Janeiro.

- A Aldeia Sapukai ou Bracuí está regularizada como Terra Indígena e está localizada no município de Angra dos Reis-RJ. O local da área indígena é conhecido como Bico da Arraia, no Sertão de Bracuí, no alto da Serra da Bocaina. Essa área possui uma extensão de 2127 hectares, onde vivem aproximadamente 400 Mbya Guarani. A Terra Indígena Bracuí foi homologada em 1995.

³ É importante ressaltar que a FUNAI constituiu dois Grupos Técnicos em 2008 com a finalidade de procederem os estudos de Identificação e Delimitação das Terras Indígenas Rio Pequeno e Arandú-Mirim e estudos nas Terras Indígenas Araponga e Parati-Mirim.

- A aldeia de Parati-Mirim está regularizada como Terra Indígena e está localizada próxima à rodovia Rio-Santos, no distrito de Parati-Mirim, município de Parati-RJ. A aldeia possui aproximadamente 100 habitantes numa área de 79 hectares. A Terra Indígena de Parati-Mirim foi homologada em 1996. A área se encontra atualmente em estudos de revisão de limites.
- A aldeia de Araponga está regularizada como Terra Indígena e está localizada no município de Parati. Esta aldeia está inserida no Parque Nacional da Serra da Bocaina, criado em 1971. Cortada pelo rio Parati-Mirim, situa-se a 07 km da rodovia Rio-Santos. Possui população de aproximadamente 40 Mbya-Guarani numa área de 213 hectares. A Terra Indígena de Araponga foi homologada em 1996. A área se encontra atualmente em estudos de revisão de limites.
- A aldeia de Mamanguá ainda não está regularizada e está localizada na Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu, município de Parati-RJ. Na pequena área o acesso é realizado por meio de barco. Nessa aldeia residem aproximadamente 30 Mbya-Guarani. Atualmente a área se encontra em estudos de Identificação e Delimitação.
- A aldeia de Yy Kyri'i ou Rio Pequeno está em fase de Identificação e Delimitação e está localizada no município de Parati-RJ. Atualmente vivem aproximadamente 30 Mbya-Guarani.
- Aldeia de Itarypu ou Mbo'yty (Aldeia das Sementes) não está regularizada como Terra Indígena e está localizada no Sambaqui de Camboinhas, Niterói. Aproximadamente 60 Mbya-Guarani vivem nesta área. Atualmente estão aguardando acordo entre a prefeitura de Maricá e a FUNAI para a regularização de uma área localizada no Morro do Mololó, distrito de São José do Imbassaí, município de Maricá, RJ. O presente relatório está sendo realizado com o objetivo de fundamentar antropologicamente o processo de regularização da referida área.

III – Histórico da formação da aldeia de Itarypu e de Mbo’yty.

1. Contexto.

A formação da Aldeia de Itarypu, situada no município de Niterói e ocupada por uma família extensa Mbya-Guarani já está relativamente bem documentada. A história desta ocupação repercutiu com muita força na imprensa do Estado do Rio de Janeiro, sobretudo depois do incêndio que destruiu todas as ocas em julho de 2008. Consta no processo nº 047/2009/FUNAI -- sobre a Ocupação Guarani-Mbya em Camboinhas, Niterói -- um documento elaborado pela antropóloga Elizabeth Pissolato, datado de 11 de agosto de 2008, informando sobre a “*Ocupação Mbya-Guarani em Camboinhas, Niterói, RJ*”. Esse documento foi produzido após o incêndio da aldeia e informa como a família Mbya-Guarani veio a se instalar no final da praia de Camboinhas e como estava vivendo até a data da pesquisa por ela realizada (entre os dias 30 de julho e 03 de agosto de 2008). De qualquer forma, parece-nos fundamental retomar alguns momentos importantes da formação desta aldeia, atualizando assim certas informações até a data de realização da atual pesquisa⁴.

Segunda consta do processo, o grupo familiar de Lídia Nunes e de Pedro Oliveira deslocou-se da Terra Indígena Parati-Mirim a aldeia de Camboinhas em março de 2008. A família está vivendo no mesmo local até hoje. A aldeia de Camboinhas ou Itarypu -- que depois do incêndio em julho de 2008 passou a ser chamada de Mbo’yty (aldeia da Semente) -- está localizada no final da praia de Camboinhas, região de Itaipu em Niterói. Como informado pela antropóloga Pissolato, trata-se de uma área de restinga, com um histórico antigo de ocupação humana, que vem sendo foco de interesse tanto dos especuladores imobiliários quanto de associações civis que defendem os direitos ambientais. A aldeia indígena está localizada no “Sambaqui de Camboinhas” e faz parte de um amplo complexo arqueológico composto por outros sítios da localidade de Itaipu. Deste modo, o espaço ocupado pelos Mbya-Guarani vem sendo palco -- desde os anos 1980 até os dias de hoje -- tanto de pleitos feito pelo mundo acadêmico e pela sociedade civil quanto pelo movimento

⁴ O relatório que segue é o resultado da viagem de campo realizada a Niterói entre os dias 22 e 31 de julho de 2009 com o objetivo de efetuar estudo junto ao grupo Mbya-Guarani que vive na aldeia de Camboinhas.

indígena do Brasil. Por um lado, já em 1982, a Professora Doutora Lina Maria Kneip, então coordenadora do Projeto Arqueológico de Itaipu (1979-1981), solicitou a demarcação do “Sambaqui de Camboinhas” datado de 7.958 anos A.C. Argumentou a época que o sítio de Camboinhas seria um espaço privilegiado para o “*estudo dos eventos geológicos holocênicos*”, de interesse não somente à comunidade científica como “*também à sociedade como um todo*”. (ver folhas 21 e 22 do processo nº047/09/FUNAI). Por outro lado, conforme afirmações, a partir, pelo menos de 2005, o mesmo espaço vem sendo recuperado pelo movimento indígena, onde muitos atos foram realizados com a presença de lideranças de varias etnia do Brasil. Esses atos sempre buscaram apoiar às lutas do movimento indígena no Brasil. Segundo as informações obtidas, foi justamente participando de uma destas manifestações que Dona Lidia e seus familiares teriam conhecido a área que hoje ocupam.

Como já evocamos, o grupo que atualmente vive na aldeia de Camboinhas é composto pela família de Lidia Nunes e Pedro Oliveiro: uma família extensa composta por filhas e filhos com seus respectivos cônjuges e filhos. Além destes, associaram-se alguns outros indivíduos ao grupo. A população da aldeia de Camboinhas conta com população que varia de 50 a 60 pessoas (ver diagrama de parentesco em anexo). É difícil quantificar com exatidão a população da aldeia devido à freqüente mobilidade e relações estabelecidas por esse grupo com outras aldeias do Rio de Janeiro e de outros Estados brasileiros que contam com presença Mbya-Guarani. Durante a semana que realizamos a pesquisa a aldeia contava com 57 pessoas.

2. A formação da aldeia de Itarypu.

Vale ressaltar, mesmo que de forma sucinta, a maneira que se deu a ocupação de Camboinhas pelo grupo doméstico de Dona Lidia. Para reconstruir esse processo tomaremos o documento escrito pela antropóloga acima citada, assim como as entrevistas realizadas com os atuais habitantes de Camboinhas, sendo nossos principais informantes, Lidia, Darci e Joaquim.

Antes de tudo é importante levar em conta dois aspectos fundamentais da organização social Mbya-Guarani que evidenciam de que maneira se dá a formação de novas aldeias e localidades. Como já evocamos nos capítulos anteriores, é freqüente a cisão entre

grupos locais quando uma família extensa desenvolve-se numericamente frente ao núcleo que mantém a liderança local. Nesse caso, muitas vezes ocorre a cisão, contribuindo para a formação de outra aldeia. Como consta na informação de Pissolato, desde 2001, observava-se a emergência de dois núcleos políticos fortes na Terra Indígena de Parati-Mirim.

“No caso de Parati-Mirim, reconhece-se a autonomia do grupo de parentesco que agora ocupa Camboinhas há vários anos, isto não apenas no que diz respeito à organização das atividades de subsistência desta família quanto em relação a decisões de âmbito coletivo naquele local, onde, pelo menos desde 2001, percebíamos já um contexto de negociação entre dois pólos de tomadas de decisão: aquele encabeçado pelo cacique da aldeia, concentrando sua ocupação na ‘parte alta’ da mesma, e o núcleo de Lídia”.

Seguindo a biografia de Lídia Nunes, observamos que algumas vezes ao longo de sua vida ela se mudou de aldeia, levando sua família a viver em outros Estados (RS, SC e RJ), sempre buscando uma *“aldeia boa para viver”*. Pelo que Lídia nos contou em relação a situação em Parati-Mirim, as divergências políticas não pararam de aumentar durante os últimos anos, tornando a vida em comum conflituosa. Em vista destas divergências entre os grupos locais os conflitos intensificaram-se, tendendo a uma nova cisão. Segundo Lídia o último aviso teria sido dado pelo próprio chefe do Posto da FUNAI do Rio de Janeiro, avisando que seu grupo teria que deixar a área em no máximo *“três dias”*. Ao comentar esse episódio, demonstra uma grande tristeza e fica clara a preocupação que teve em relação aos seus filhos e netos. *“O que eu ia fazer com as crianças?”*.

Porém, logo pensou na área da região de Camboinhas que já havia estado algumas vezes e onde vive atualmente. Comenta que nas visitas anteriores tinha achado o *“lugar muito bom”*. Obteve apoio do movimento indígena através de Arão Guajajara, pedindo-lhe algum tipo de apoio para ir viver em Camboinhas. Em um primeiro momento, Lídia afirma que Arão *“ajudou muito os Guarani”*. Já existia uma *“oca”* no local e dias antes da mudança alguns homens do grupo haviam construído uma *“oca grande”* para abrigar a todos que estavam se mudando. Durante vários meses tiveram que viver apertado em poucas casas. Em julho de 2008, data em que a aldeia foi incendiada, cinco casas formavam a Aldeia de Itarypu (ver fotos em anexo).

De fato, dizer simplesmente que se mudaram para a região de Niterói em 2008, após a crise na aldeia anterior de Parati-Mirim, é privilegiar uma dimensão histórica muito curta

no contexto da ocupação territorial guarani do litoral brasileiro. Esse assentamento de Lídia encontra-se sem nenhuma dúvida dentro do espaço territorial imemorial guarani, como consta no relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro de 1844. Nesse contexto a aldeia nada mais é do que um ponto de habitação mais ou menos longo sobre uma base física maior que é o território tradicional do povo Guarani. Não se dispõe, até o momento, de dados para negar a presença anterior guarani sobre a área e adjacências, onde os registros escritos disponíveis afirmam a presença do grupo de Dona Lídia a partir de 2008.

Desde a chegada do grupo de Lídia no local, rapidamente, uma extensa rede de parceiros e de contrários se configurou. George Rebelo era quem ocupava a área anteriormente, e, segundo os próprios índios, colaborou muito para a permanência deles no local. Ele mantinha uma guarderia e um viveiro onde realizava atividades educativas e ambientais. Segundo Pissolato, *“Lídia teria conhecido George quando visitou Camboinhas anos atrás e que este teria dito que ali seria um bom lugar para os Mbya viverem”*. Acrescenta a antropóloga que Izaías – filho de Lídia - teria comentado *“a grande colaboração que George teria lhes dado no momento da ocupação da praia”*, ajudando *“os quatro primeiros homens que vieram a Camboinhas na construção das primeiras casas”*. Conclui a antropóloga que depois da efetivação da ocupação por parte dos Mbya-Guarani George deixou sua guarderia, mudando-se para Búzios, RJ. Segundo Izaías, *“George queria entregar o lugar e estava tomando conta só para nós mesmo”*. Consta ainda que George é umbandista e que seus guias espirituais teriam dado-lhe a tarefa de guardar o local até a chegada de um grupo indígena, fato que ocorreu com a chegada dos Mbya-Guarani.

Contrariamente ao apoio recebido, muitas entidades se manifestaram contra a presença indígena no local e muitas matérias foram publicadas, se opondo a vinda dos indígenas à Niterói. Essas matérias, muitas vezes, veicularam uma imagem caricatural e estereotipada dos Guarani. Só para dar um exemplo, tomemos a matéria publicada pelo jornal *O Fluminense* em 9 de maio de 2008. Intitulada *“Presença dos índios em Camboinhas assusta moradores”*, a matéria alegava a grande preocupação de moradores de um condomínio do bairro de Camboinhas. Esses moradores afirmavam que a vinda dos índios Guarani originaria um *“processo de favelização”* do bairro. *“Se vierem alguns”*, afirma um morador, *“quem garantirá que não virão outros?”*. Para deter esse processo e romper com a crença de desvalorização econômica da região, os moradores de Camboinhas, representados pela Sociedade Pró-Preservação Urbanística e Ecológica de Camboinhas (Soprecam),

decidiram entrar com uma representação no Ministério Público Federal para impedir a continuação da família no local. Assim, a Soprecam ajuizou ação cautelar (nº 2008.51.02.001616-2) na 3ª Vara Federal da Comarca de Niterói *“com o escopo de impedir injusta agressão ao meio ambiente do bairro de Camboinhas, onde pleiteou a manutenção da referida aldeia com apenas 38 índios, sendo requerido para tanto o cadastramento dos mesmos, com o intuito de não permitir a chegada de mais índios ao local ocupado, em área de restinga da praia de Camboinhas; bem como a produção de prova antecipada, especificamente a pericial para que se determine na forma legal a destinação da área devastada”*. Assim, os moradores do bairro de Camboinhas, representados pela Soprecam, manifestaram preocupação em relação ao meio ambiente.

Em relação à presença dos índios em Camboinhas, o que mais chama a atenção não é apenas a confusão e aproximação feita pelos moradores entre “índios” e “favelados”, mas, sobretudo o fato desses moradores se utilizarem de um discurso sobre os índios que data pelo menos do início do século passado e que pretende não só formar a opinião pública como também cristalizar certas imagens (caricaturais e estereotipadas) dos índios. Uma dessas imagens é justamente aquela que mostra o índio como o ser que só pode morar no mato, caso contrário ele deixa de ser índio para virar “favelado” ou “indigente”; outra apresenta o índio como preguiçoso ou como aquele que cria obstáculos ao “progresso do mundo civilizado”. Não cremos que seja necessário elaborar aqui uma crítica contundente destes discursos. Apenas ressaltar que eles se constituem numa das diversas facetas da profunda incompreensão sobre as populações indígenas do Brasil e do mundo. Se recorrermos aos dados históricos, podemos demonstrar que o argumento sobre a favelização é não só inadequado como também, antigo, recorrente e obsoleto.

Para ilustrar esse ponto, vale lembrar rapidamente que, em 16 de Março de 1949, o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) do Rio de Janeiro (criado em 1910), Donatini da Cruz, recebeu um relatório do então Delegado desse mesmo órgão que continha uma reclamação muito parecida com aquela feita pelos moradores do condomínio de Camboinhas⁵. Depois de ter tratado com o cacique Verá e de ter concedido uma licença para que os índios Mbya-Guarani da aldeia do Rio Branco (litoral sul do Estado de São Paulo) vendessem seus artesanatos na cidade de São Paulo nos dias do carnaval de 1949, o

⁵ Esse relatório encontra-se no arquivo do SPI no Museu do Índio, Rio de Janeiro, no microfilme de nº 322, planilha 994, fotogramas 0345 a 0347.

delegado recebera “vários telefonemas contra o Serviço que permitia semelhante espetáculo”. Em decorrência disso, tomou suas precauções e reconduziu “os gentios” de volta à aldeia do Rio Branco. Porém, consta do relatório, que “no dia imediato já estavam de regresso, percorrendo os bairros”. O Delegado teve de resolver esse “problema” de uma vez por todas, posto que, no fim das contas, os insistentes Mbya-Guarani já haviam voltado por três vezes da aldeia para onde eram reconduzidos. A cada descida forçada seguia um movimento contrário. Mal chegavam a suas aldeias, um novo grupo já estava a postos para subir a trilha da Serra de Paranapiacaba, que liga o litoral ao planalto, para “mendigar”, novamente, na capital.

De fato, a subida da Serra de Paranapiacaba, ligando o litoral ao planalto, descrita pelo Delegado do Serviço de Proteção aos Índios, em 1949, não era um artifício que os Guarani usavam para transgredir as ordens do delegado, mas simplesmente uma prática e um caminho que existe há séculos, que serve para ligar as aldeias do litoral às da capital e assim abastecê-las em matéria prima para confecção de artesanatos, entre muitas outras coisas. Assim, paralelamente aos discursos que pretendem demonstrar a “favelização” Guarani, documentos históricos e dados etnográficos comprovam que a movimentação dos Guarani (como, no caso, a subida da Serra do Mar e o intercâmbio com as regiões adjacentes) eram e são atividades corriqueiras. Deste modo, pontuamos uma vez mais, que a cisão entre grupos e a futura transferência de uma das parentelas para outra área, dentro de um território historicamente ocupado, faz parte de uma estrutura social Guarani atestado por documentos históricos e observado na atualidade pela pesquisa etnográfica.

Neste sentido, comparando as denúncias de 1949 e de 2008 percebemos algumas continuidades. De um lado vale notar uma vez mais que os Mbya-Guarani nunca se mudaram individualmente para as cidades para viverem em favelas ou mendigar em suas ruas e tampouco deixaram de se deslocar entre o litoral e os centros urbanos para negociar artesanato. De outro, ao descrever a situação fundiária conflituosa dos índios Guarani da região litorânea de São Paulo, o Delegado ainda nos fornece pistas importantes para compreender o porquê de um eventual incremento do fluxo de circulação entre o litoral e as cidades por parte dos índios. Em 1949, ele diz que “[...] a situação dos índios de Rio Branco é deveras precária. Permanentemente ameaçados de expulsão da terra que habitam [...] vivem num eterno estado de apreensão”. Além disso, complementa que suas terras são

freqüentemente *“invadidas pelos caboclos em detrimento dos índios que lá possuem as suas roças”*.

A atualidade da declaração do Delegado impressiona, pois ela se encaixa perfeitamente nos posicionamentos mantidos pelos moradores de Camboinhas representados pela Soprecam. Afinal, por trás das noções de “favelização” ou atraso, se manifesta, na verdade, uma problemática fundiária que nunca foi das mais pacíficas. Mais que isso, por trás desses argumentos, escondem-se aqueles que se mobilizam para combater a política de demarcação de Terras Indígenas no Brasil.

3. A vida na Aldeia de Itarypu e a inauguração da aldeia de Mbo’yty após o incêndio.

De um modo geral, a família de Lídia gosta do lugar onde atualmente estão vivendo. Apontam várias facilidades associadas ao local e, nesse sentido, afirmam gostar de viver em Camboinhas, apesar de todas as dificuldades. Estando a aldeia muito próxima ao centro urbano de Niterói e localizada numa praia muito movimentada, os Mbya-Guarani conseguiram muito rapidamente receber doações tanto de roupas e alimentos, como também de material para a construção das habitações. Manifestam com grande freqüência a qualidade do local para a venda de artesanato, que estaria associada ao movimento da praia, mas também pelo fato da aldeia estar situada num sítio arqueológico histórico. Desenvolvem assim um discurso simbólico quanto a presença deles no “Sambaqui de Camboinhas” e a existência de um cemitério indígena no local.

Mesmo se a área não tem matéria prima para a manufatura dos artesanatos, tanto a taquara quanto o pau de embaúba chegam com certa regularidade, devido à freqüente mobilidade entre as aldeias. Deste modo, as doações assim como a venda de artesanato fez com que o grupo de Lídia conseguisse se reorganizar muito rapidamente e encontrar uma autonomia em Camboinhas.

Antes do incêndio, em julho de 2008, a aldeia contava com cinco casas. Hoje em dia ela conta com nove construções, sendo uma delas a “casa de reza” ou “opy” onde todas as noites Lídia e seus parentes se reúnem para rezar por “Ñanderu”. Pissolato afirma no seu relatório que,

“Questionada sobre a possibilidade de rezar ali (nas aldeias mbya é comum fazer-se a reza nos opy – casas de reza – ao cair da tarde e início da noite, onde se usa ritualmente o petyngua – cachimbo para tratamentos com tabaco – e ouve-se as invocações pronunciadas ou cantadas, ao som do mbaraka – violão que faz a marcação rítmica no canto-reza – acompanhado ou não por instrumentos), Lúdia informa que haveria a possibilidade de fazê-la. Observo, contudo, que atualmente não há homens ou mulheres que estejam assumindo esta função entre os presentes”.

No entanto, o que observamos durante nossa visita é que pelo menos depois da reconstrução da aldeia, que foi rebatizada como *Tekoa Mbo’yty* ou *aldeia da Semente*, Lúdia construiu uma casa de reza e lá se reúne com muita frequência com os outros membros da comunidade ao cair da tarde (ver foto em anexo). Durante nossa visita participamos de uma reza e observamos que é justamente Lúdia quem assume a função de curar e rezar por “Ñanderu”.

Todas as casas estão cobertas de sapé. Mas além das casas e da casa de reza que estão localizadas na parte de baixo da aldeia, existe, na parte de cima, dois banheiros e um galpão grande onde vive Lúdia e Pedro com algumas de suas filhas solteiras. Neste galpão é onde preparam a comida e de onde tomam conta da venda dos artesanatos. A comida é preparada para praticamente todos da comunidade, sendo um momento importante de trocas e sociabilidade. A pesca, feita na lagoa ou doada pelos pescadores do local, complementa a alimentação do grupo, composta basicamente por arroz, feijão e alguma carne. Observa-se também na parte baixa da aldeia, uma pequena horta de abóbora, mas insuficiente para alimentar o grupo todo (ver foto em anexo).

Essa falta de espaço propício para a agricultura, como veremos mais adiante, é seguramente um dos motivos principais para que Lúdia e seu grupo familiar vejam a área de Maricá como um local favorável para a formação de uma aldeia.

Logo na entrada da aldeia foi construído um toldo de eucalipto coberto de sapé, onde estão expostos os objetos de artesanato destinados a venda. Colares, pulseiras, bichinhos de madeira, brincos, paus de chuva, cestos, etc., estão cuidadosamente dispostos em mesas de plástico (ver fotos em anexo). Algumas fotos do coral Guarani decorram o local. É neste toldo que atualmente chegam os turistas e escolhem os artesanatos que querem levar.

Antes do incêndio da aldeia em julho de 2008, a venda de artesanato estava intimamente associada à visita. Como consta no relatório de Pissolato,

“O atendimento a estes visitantes é uma atividade intensa ao longo do dia e exige grande disposição dos Mbya adultos para informar sobre um conjunto de temas da suas vidas, apresentar ‘ocas’, falar de suas perspectivas. Muitos visitantes vêm e manifestam sua atenção de apoiar a presença dos Mbya ali, com palavras ou algum recurso material; outros vêm matar a curiosidade, e, possivelmente, levar algo dos ‘índios’, como fotos, talvez algum artesanato ou o CD gravado pela família de Lídia em 2007 (gravação particular), além das impressões resultantes do contato direto com os Mbya”

Acrescentaríamos, no entanto, que durante o período de verão a visitação era muito freqüente. Certas pessoas chegavam a entrar, sem pedir a devida autorização, no interior das casas para tirar fotos “de” índios. Lídia manifestou em diversas oportunidades o descontentamento em relação à entrada desenfreada nos locais de habitação. Além do mais, manifestou a preocupação que tinha em relação às crianças, pois, o movimento era muito grande e ficava difícil conseguir controlar tudo o que acontecia na aldeia ou em suas proximidades. Manifestou ainda o incomodo de não ter a intimidade respeitada com tantas pessoas passando pelas casas.

Sem dúvida nenhuma esse movimento de visitação, que hoje se observa apenas no toldo que está localizado logo na entrada, na parte de cima da aldeia, foi rompido depois que a aldeia foi incendiada no dia 18 de julho de 2008. Esse acontecimento, que também já foi bem documentado e que apresentaremos com mais detalhe em seguida, é narrado com muito trauma e muita tristeza por todos os membros da comunidade. Porém, ficou claro depois do incêndio que seria necessário controlar melhor o esquema de visitação. E as primeiras providências tomadas foram a de cercar a parte de baixo da aldeia e restringir as visitas somente à parte de cima. Os visitantes chegam, olham os artesanatos, conversam com um índio ou outro, tiram algumas fotos das crianças, etc. As vezes chegam a perguntar se podem ver a aldeia. *“Podemos ver a aldeia?”*, perguntam. *“Pode, mas só daqui de cima”*. Assim, eles tiram algumas fotos da parte de baixo e deixam o local, poucos minutos depois, pelo mesmo lugar por onde entraram.

O “dia do incêndio” é um tema que freqüentemente emerge nas conversações e ele é lembrado de forma muito triste. Contam que nesse dia a aldeia estava praticamente vazia, pois, a comunidade teria sido convidada a participar de algum evento no centro de Niterói. Logo pela manhã, segundo as informações, a maioria dos habitantes da aldeia se deslocou para o centro para participar do referido evento, ficando na aldeia somente Lídia com

algumas crianças na parte de cima e Joaquim com Iracema, na própria casa, na parte de baixo da aldeia. Lídia estava ocupada em atender os visitantes que chegavam para comprar artesanato. Lídia conta que justamente no dia do incêndio a aldeia estava praticamente vazia. Segundo ela, por volta das 11 horas da manhã, uma mulher que visitava aldeia disse “*olha, está pegando fogo*”. Sem entender direito o que estava acontecendo, Lídia se dirigiu em direção as casas e viu todas as ocas serem consumidas pelas chamas, uma depois da outra. Lídia afirma que tudo aconteceu muito rápido e que não pôde fazer absolutamente nada para conter o fogo. Diz ela que provavelmente usaram algum tipo de combustível para que o fogo se alastrasse de forma tão veloz (ver foto em anexo).

Joaquim Benites e Iracema Nunes estavam dentro de uma das casas e quando perceberam que tudo estava em chamas tiveram que sair às pressas. Joaquim conta que se queimou, “*nos braços e nas costas*”, e que não teve tempo de tirar nada de dentro da casa. Comenta que tudo foi “*muito rápido*”. Também estavam na aldeia algumas crianças que tiveram que ser tiradas das casas com muita rapidez.

Como já dissemos, esse acontecimento foi um momento marcante para os habitantes da aldeia de Camboinhas. Lídia conta que durante muito tempo seus filhos “*choraram muito*” e que ela, ao se lembrar desse dia, ainda fica muito triste.

Todos os habitantes, sem exceção, perderam muitas coisas pessoais, ficando os primeiros dias, como relata Lídia, “*apenas com a roupa do corpo*”. Roupas, móveis, eletrodomésticos, livros e documentos: tudo foi consumido pelo fogo. Até hoje, muitas pessoas da aldeia ainda não conseguiram tirar uma segunda via dos documentos de identidade. Como consta em matéria publicada pela Agencia Brasil de 4 de agosto de 2009, 12 Guarani ainda não puderam conseguir um novo documento⁶.

Contam também que logo após o incêndio muita gente chegou ao local. Policiais, curiosos, televisão, apoiadores do movimento, representantes do Instituto Estadual de Florestas (IEF), etc. Segundo o cacique Darci, um ônibus grande também teria vindo à aldeia com o objetivo de levar todos os indígenas de Camboinhas para outro local, aproveitando o incidente. Ao interar-se dessa informação o cacique Darci e outros homens se opuseram dizendo que não saíram do local e que continuariam na aldeia. Depois de momentos de tensão o ônibus foi embora sem levar nenhum morador da aldeia. Para os moradores de

⁶ Ver site <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/08/04/materia.2009-08-04.7705750927/view>, acessado no dia 05/08/2009 às 12h22.

Camboinhas, a presença do ônibus significa que houve tentativa em retirá-los do local em um momento delicado e de fraqueza, mas asseguraram que em algum momento pensaram e deixar o local.

Durante muitas semanas, até as primeiras casas serem reconstruídas, todos se instalaram na guarderia onde vive Lídia com suas filhas solteiras. Comentam que, todavia, não haviam recebido doações de roupas e que durante os primeiros dias até passaram fome, pois, os mantimentos estavam em umas das ocas que foi queimada.

Depois da reinauguração da aldeia no dia 13 de setembro, que foi rebatizada como *tekoa Mbo'yty* (aldeia da Semente), observamos uma forte determinação e apego à área, de modo que anteriormente a destruição, somente 5 casas estavam construídas, e hoje, como já dissemos, existem nove casas, sendo uma delas a “casa reza”, fato que só demonstra o fortalecimento do grupo. Neste sentido, a reconstrução da aldeia, de alguma forma, fortaleceu culturalmente o grupo familiar, dinamizando a possibilidade de se consolidar um grupo politicamente mais estável e autônomo.

No entanto, por outro lado, os Mbya-Guarani ficaram muito preocupados pela gravidade desse acontecimento, temendo algum outro tipo de atentado. Neste sentido, foi retomada a discussão com a Diretoria de Assuntos Fundiários da FUNAI buscando solucionar a questão territorial através da constituição de uma Reserva Indígena de acordo com os requisitos legais do Estatuto do Índio e da Constituição Federal. Nota-se, contudo, que apesar da comunidade ter se reestruturado muito bem após o incêndio, aprofundou-se a questão da falta de certas condições em Camboinhas, como, por exemplo, a qualidade da terra para o plantio e uma conjuntura mais estável para se levar uma vida tranqüila e autônoma, tanto entre os membros do grupo quanto com a população local.

Deste modo, mesmo se a área de Camboinhas tem suas distintas virtudes devido a suas diversas potencialidades - tendo que ser mantida como um local estratégico tanto para venda de artesanato como um local de conscientização - sempre esteve clara a posição dos índios em encontrar um local que permitisse a possibilidade de se plantar e de se levar uma vida tranqüila. Como veremos no próximo capítulo, Lídia sempre demonstrou uma grande preocupação em viver num local tranqüilo, onde possa ter sua roça, e transmitir, aos seus filhos e netos, um conhecimento de cultivos tradicionais que sem dúvida nenhuma fortalecerá social e culturalmente os índios, além de garantir a continuidade de sua liderança política e espiritual e assegurar um mínimo de subsistência ao grupo.

IV – A Terra eleita em Maricá, Rio de Janeiro.

A seguir, apresentaremos os dados levantados em campo com o objetivo de verificar se a área de Maricá, proposta pela prefeitura do município a partir de entendimentos com os Mbya-Guarani de Camboinhas, é adequada aos parâmetros definidores para a fundação de uma aldeia Mbya-Guarani. Por um lado faremos um breve descritivo do município, para em seguida apresentar o histórico e o andamento da proposta feita pela prefeitura de Maricá tanto aos indígenas Mbya-Guarani quanto a FUNAI. Enfim, descreveremos a referida área localizada no distrito de Itaipuaçu e a ocupação tradicional do “Seu Mano”, assim como a opinião dos indígenas sobre a referida área do “Mololó”. Apresentaremos em anexo mapas, desenhos e croquis da área visitada.

1. Dados gerais sobre o Município de Maricá – Rio de Janeiro.

Antes de tudo, vale lembrar que Maricá é uma palavra que vem da língua Guarani. Como muitos outros topônimos presentes no território brasileiro, Maricá também tem seu significado: *“o que é que você está procurando”*. A grande quantidade de topônimos em língua Guarani existentes no Brasil e, sobretudo, no litoral brasileiro, só faz confirmar a antiguidade da ocupação Guarani na região.

Maricá é um município situado no litoral do Estado do Rio de Janeiro. Localiza-se a 22°55'10" de latitude sul, 42°49'07" de longitude oeste, a 5 metros de altitude. O território municipal estende-se por 363,81 km² e é dividido em quatro distritos: Maricá (sede), Ponta Negra, Inoã e Itaipuaçu. O acesso à cidade pode ser feito tanto pela RJ-106 (Rodovia Amaral Peixoto), que liga o município às cidades de Niterói, São Gonçalo e Saquarema, quanto pela RJ-114, que faz a conexão com o município de Itaboraí e as rodovias RJ-104 e BR-101.

Maricá é rodeada por maciços costeiros. As principais serras são as da “Calaboca”, “Mato Grosso”, “Lagarto”, “Silvado”, “Espriado” e “Tiririca”. O município apresenta também um grande complexo lagunar que contempla as lagoas de Maricá, Barra de Maricá, do Padre, Guaripina e Jaconé, além dos canais de Ponta Negra e de Itaipuaçu ou da Costa

que ligam as lagoas ao mar. A Serra da Tiririca, entre Maricá e Niterói, é um Parque Estadual com um valioso trecho de Mata Atlântica. Maricá também possui uma grande área de restinga conhecida como APA Estadual de Maricá. O local destinado aos Mbya-Guarani de Maricá está localizada a proximidade da dita área de restinga. Segundo a organização “Restinga de Maricá”,

“A Área de Proteção Ambiental - APA Estadual de Maricá é uma área tipicamente de restinga, localizada na costa do município, é formada pela antiga fazenda São Bento da Lagoa, a Ponta do Fundão e a Ilha Cardoso, abriga a Comunidade Pesqueira tradicional de Zacarias, presente na área desde o século XVIII, sítios arqueológicos e o complexo ecossistema de restinga. Este último formado, entre outros componentes, por tabuleiros costeiros, um duplo cordão arenoso coberto por dunas, brejos, vegetações e fauna de restinga. A sua construção promoveu a constituição do sistema lagunar Maricá-Guarapina pelo fechamento da antiga enseada”⁷.

Maricá possui, ainda, uma grande área urbana de ocupação rarefeita e formada por dezenas de bairros e condomínios. A maior parte dos domicílios é de uso permanente, sobretudo no centro da cidade e nas localidades mais antigas. Nas áreas do litoral e nas margens das lagoas as residências são majoritariamente utilizadas para o turismo do tipo veraneio.

A hidrografia de Maricá é extremamente complexa e apresenta um dos maiores complexos lagunares do Estado do Rio de Janeiro denominado Maricá-Guarapina, com rios, lagoas, riachos e brejos. O sistema lagunar é formado pelas lagoas Brava, de Maricá, da Barra, do Padre e Guarapina. A lagoa de Jaconé fica isolada, a leste, na divisa com Saquarema. O território municipal corresponde à bacia hidrográfica do grande sistema lagunar, um fato bastante raro. Desta forma, praticamente todos os rios nascem e deságuam dentro do município. Seu principal rio é o Itapeba/Mombuca que não passa dos 20 metros de largura, mas abastece o Centro da cidade e alguns bairros. Maricá também tem canais artificiais que ligam o complexo lagunar ao mar como os canais de Ponta Negra e Itaipuaçu ou Canal da Costa. A abertura destes canais nos anos 50 terminou com o regime natural de abertura de barra que acontecia entre Barra e Guaratiba.

⁷ Ver <http://www.restingamarica.org/>

Atualmente, Maricá é um dos municípios de maior ritmo de crescimento populacional do Estado. Sua população em 2004 era de 92.227 habitantes, passando a 105.294 em 2007, e 119.231 em 2008⁸. É importante ressaltar que Maricá, cada vez mais, abriga uma população de origem metropolitana.

1. Histórico das discussões entre a Prefeitura de Maricá, FUNAI e a Comunidade Mbya-Guarani.

Como já dissemos anteriormente, no dia 13 de maio de 2009, a Secretária Municipal de Direitos e Cidadania, Rosângela Zeidan, através de ofício nº 0001/2009, oficializou a FUNAI o interesse em regularizar uma área para a constituição de uma Terra Indígena para a Comunidade Mbya-Guarani de Camboinhas. Neste sentido e afim que as discussões e acordos avançassem a FUNAI autorizou, através da Instrução Executiva nº 56/DAF o deslocamento de assessor técnico, entre os dias 9 e 11 de junho, com objetivo de *“participar de reunião com secretários da prefeitura do Município de Maricá, Ministério Público e representantes indígenas Guarani-Mbya, para tratar da questão da situação fundiária da ocupação Guarani em Camboinhas, e das ações jurídico-administrativas a serem adotadas para o assentamento desse grupo indígena em área da restinga de Maricá, a ser desapropriada pelo município de Maricá”*.

Durante essa reunião, ficou claro que para dar andamento ao acordo, seria necessário a realização de estudos tanto antropológicos quanto cartográficos para se verificar se a área é adequada ao modo de vida Guarani. De qualquer forma essa reunião significou um passo importantíssimo para a solução fundiária da Comunidade Mbya-Guarani de Camboinhas.

Não obstante, antes de prosseguirmos com a descrição ambiental e antropológica da área visitada, vale trazer alguns esclarecimentos técnicos quanto a superfície da área.

- Após a referida reunião, por um lado, a Secretaria Municipal de Direitos e Cidadania de Maricá abriu processo administrativo de nº 8691/09, no dia 17 de Junho de 2009, com objetivo de *“assentar os índios Guaranis em nosso*

⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Página visitada em 5 de Agosto de 2009.

Município". Dizendo na página inicial do processo que *"fora escolhida (local) entre as áreas apresentadas a área conhecida como 'Morro do Mololó' que está lançada na matrícula do RGI de nº 607, descrita como área 1, na localidade de São José do Imbassai – 3º Distrito de Maricá – sendo que esta área é tida como Reserva Florestal, com 470.596,70 m², conforme planta da área"*. Nesse sentido, a prefeitura faz menção em um primeiro momento de uma área a ser desapropriada ou doada com superfície de aproximadamente 470.000 m², ou seja, se convertemos, um equivalente de 47 ha. No entanto, no dia 13 de julho de 2009, na folha 79 do processo nº 8691/2009 *"consta nos autos à matrícula do RGI de Maricá de nº. 607 onde consta a descrição de uma área desmembrada da Fazenda São Bento, situada na localidade de São José – 3º Distrito de Maricá. Na dita matrícula acostada as fls. 04 a 07, na averbação nº 3 datada de 11/01/84, consta à descrição da área 01 em torno do Morro do Mololó com 96,5º hectares, correspondente a 470.596,10 m²"*.

- Por outro lado, na Informação Técnica nº 11/DAF, referente à reunião realizada em Maricá no dia 10 de junho, o Assessor Técnico da DAF relata que *"neste sentido foi o propósito da reunião realizada no dia 10.06.09 na prefeitura de Maricá, definir as ações que competiriam a cada entre público (FUNAI e prefeitura de Maricá) para a regularização em definitivo da área próxima a restinga de Maricá, em benefício da comunidade indígena Guarani, liderada pela xejary Lídia Nunes. Nesta reunião o Prefeito de Maricá, Washington Cardoso, informou que a proposta da prefeitura era desapropriar toda a restinga de Maricá, para criação de um parque municipal, sendo que do total da restinga seria destinada uma área, com cerca de 380 ha, a comunidade indígena, e 100 ha para uma comunidade tradicional (denominada colônia de pescadores de Zacarias) que já habitam a região da restinga"* (folha 99, processo nº 047/09/DAF/FUNAI).
- No entanto, vale ressaltar que após a identificação *in loco* da área e o levantamento cartográfico, foi identificada a área nº 1, conhecida como "Morro do Mololó", segundo consta da matrícula do RGI de Maricá de nº 607. Segundo os levantamentos do engenheiro-agrimensor a área destinada aos

Mbya-Guarani tem 93,26 ha, equivalente a 932.681,50 m². (ver croquis I em anexo).

- A comunidade indígena tomou ciência desses dados a partir da nossa visita. A manifestação deles é de que área de 93 ha identificada é conveniente e corresponde a suas expectativas.

2. Descrição técnica da área

A área foi visitada entre os dias 22 de julho e 31 de julho. Durante esse período, várias idas a campo foram organizadas com a presença dos antropólogos, do engenheiro-agrimensor e de representantes da comunidade indígena. O objetivo da pesquisa era triplo, sendo eles o de a) identificar a “área 1” a ser desapropriada ou doada aos Mbya-Guarani como consta nos processos acima citados; b) verificar se área é adequada ao modo de vida Guarani segundo seus usos, costumes e tradições e se ela garante futuramente a reprodução física e cultural do grupo; c) identificar a área do senhor Aílson Borges, mas conhecido como “Seu Mano”, que ocupada há três gerações uma parte da dita “área 1”.

No sentido de se verificar qual seria a opinião dos Mbya-Guarani sobre a área, nos preocupamos em visitar o local diversas vezes com o máximo de representantes possíveis, afim de que os índios pudessem deliberar coletivamente sobre as potencialidades do local. Durante o período que estivemos no Estado do Rio de Janeiro procedemos a 4 visitas à área, sendo elas realizadas nos dias 23, 24, 25 e 26 de julho. No restante dos dias realizamos entrevistas na própria aldeia de Camboinhas, além de nos reunirmos com representantes da prefeitura no município de Maricá (secretaria de Direitos Humanos e assessoria jurídica da prefeitura).

Durante as visitas ficou claro que os índios gostaram muito do local e que encontraram a área adequada para sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Segundo eles, e como pudemos constatar, a área tem muitas das condições necessárias para a formação de uma aldeia Guarani, como mato, água, morro e espaço para ser destinado a agricultura. Nesse sentido verificou-se que a área contém elementos naturais, tanto animais como vegetais importantes para a constituição de uma comunidade dinâmica.

Vale enumerar os elementos naturais encontrados na área identificada.

- Um dos limites da área é o Canal da Costa. Esse canal é de água salgada, no entanto, constatou-se a existência de pesca que pode contribuir para a subsistência alimentar do grupo. Além disso, é possível ter acesso à lagoa de Maricá via o canal, aumentando assim a capacidade em pesca (ver foto em anexo).
- Diversos brejos e diversos pontos contendo água cristalina foram encontrados no perímetro da área. Esses brejos demonstram que existe muita água boa no local, contribuindo segundo os índios, para fertilizar as terras que serão destinadas à agricultura. No entanto, não pudemos verificar se a água é realmente potável. Assim, recomenda-se que se façam poços e as necessárias instalações para o consumo de água na futura aldeia. Mesmo se não tivemos tempo de encontrar as nascentes desses brejos, é fortemente provável que elas se encontrem no próprio “Morro do Mololó”, que fica dentro da área (ver foto em anexo).
- A área identificada é conhecida como “Morro do Mololó”, devido ao monte que se encontra no local. A existência de um morro, como já dissemos, é condição essencial na escolha de um local para formação de aldeias.
- A integralidade do “Morro do Mololó” é de mata atlântica preservada em estágio secundário, representando cerca de 70% da área total destinada aos índios. Esse local contém diversidade suficiente para caça e coleta (ver fotos em anexo e lista das espécies identificadas no próximo item).
- Os 30% restantes da área é composto por capoeiras e/ou áreas já desmatadas. Essas zonas, diferentemente do morro são planas, e serão reservadas, segundo os índios, para a instalação de zonas de agricultura de subsistência, assim como das habitações permanentes.
- Observou-se também a existência de muitas espécies vegetais utilizadas para a fabricação de artesanato, além de muitos remédios. Descreveremos esses itens mais adiante.

A comunidade também comentou a importância da infra-estrutura existente próxima à área, facilitando assim a formação e a comunicação da aldeia. Vale enumerar alguns elementos.

- Infra-estrutura urbana, com estradas de acesso razoáveis (RJ-106), acesso próximo a transporte público e rede pública instalada de luz.
- Proximidade do centro de Maricá (a 7 km. de distancia da área).
- Fora a área do Sr. Aílson Borges ou “Seu Mano”, que ficará vizinha a área destinada à comunidade indígena Mbya-Guarani, não consta existência de outras ocupações ou benfeitorias.

Como se observa no mapa desenhado por Joaquim Benites (ver em anexo), muitos ambientes a serem criados na aldeia já foram definidos pela comunidade. São eles:

- A “Casa de Reza” ou “Opy” em local plano, ficando no pé do “Morro do Mololó”, em área já desmatada (ver foto em anexo).
- O local das residências também já estão definidas: serão construídas em local plano, já desmatado, ao pé do morro, de forma que cada casa fique relativamente espaçada uma da outra, possibilitando a privacidade de cada família.
- O posto de saúde e a escola também já têm local definido e serão construídas na entrada da aldeia logo após a ponte que passa sobre o Canal da Costa e que estabelece um dos limites da área. Comentam os índios que assim os não-indígenas não precisarão entrar na aldeia e circular entre as casas.
- Nas partes planas, entre os brejos e as casas, serão feitas roças de milho, mandioca, feijão, banana, batata doce, etc., aproveitando assim área que já está desmatada e que é bem irrigada para o plantio devido à existência dos referidos brejos. Pretendem enriquecer a área com frutíferas, como jabuticaba, goiaba, pitanga, laranja, etc.

Foram identificados diversos tipos de espécies para a coleta, tanto para a manufatura de artesanato, quanto para a construção de casas, como para medicamentos e consumo de subsistência. Identificamos assim as seguintes espécies:

- Embira; pindó (palmeira); embaúba; sapé para construção de casa; taquara para fazer cestos e artesanato; bambu; cipó para amarração de casa; embaúba; picigueira brava (*curupika’i*) para artesanato e remédio; guiné ou pipi como remédio para resfriado; *guaviju* para remédio contra dor de barriga; goiaba; araçá; ingá; pitanga; limão; *guavyra*; caraguatá; *parapara’í*; arueira; xaxim, vervena; amora silvestre.

Foram também identificados a presença de diversos tipos de espécies animais como:

- Peixes; tatu; jacu; tucano; lagarto (*teju*); cotia; *kyja* (roedor pequeno); mico sagüi; pica-pau e pica-pau mirim; sabiá; saracura; raposa (*mbykure*); bem-te-vi.

Excluindo a posse do Senhor Aílson Borges (“Seu Mano”) não existe qualquer outro tipo de ocupação ou benfeitoria dentro da área do “Morro do Mololó”. “Seu Mano” tem suas terras dentro da “área 1”, no entanto, procedemos a uma identificação separada, fazendo com que os 93 ha mencionados acima serão unicamente dirigidos aos índios.

“Seu Mano” é descendente de quilombola e suas terras já vêm sendo ocupada por sua família a três gerações. Durante todos esses anos eles sempre trabalharam a terra, plantando diversas espécies vegetais que em seguida são vendidas ao comércio local do município de Maricá. Parece-nos importante fazer esse pequeno comentário, pois o trabalho realizado por “Seu Mano” só comprova que a área tem uma terra muito boa a ser destinada a agricultura. Em suas roças observamos plantações de banana, mandioca, coco, abóbora, milho, melancia, etc. Por ser um bom conhecedor do local, estivemos entrevistando-o durante as visitas à área. Ele afirmou várias vezes que o local é muito bom para agricultura e isso se comprovou ser verdade depois que vimos suas roças (ver fotos em anexo). Em sua posse fez um poço de aproximadamente 6 metros e com isso pode consumir água potável.

3. O que acharam os Mbya-Guarani da área?

Antes de concluir o relatório, gostaríamos que ficasse claro o que os Mbya-Guarani acharam do local. Desde o início do trabalho de campo, todos que já conheciam a área afirmaram que haviam gostado muito do local e que queriam ir para lá rapidamente, para começar a plantar suas roças. Lídia contou em inúmeras ocasiões que depois de meses de incertezas, finalmente estava feliz pelas conversas que vêm sendo travadas tanto com a prefeitura quanto com a FUNAI para solucionar a questão da terra para sua família. Diz ainda que tem rezado muito por “Ñanderu” para que todo processo caminhe bem. A cada visita ao local, nos levava a um mesmo ponto e dizia “*aqui que vai ser a casa de reza*”. Desde a primeira vez que foi a área decidiu onde seria construída a “opy”.

O nome da aldeia também já foi escolhido e ela se chamará *Tekoa Kaaguy Hovy Porã*, que quer dizer “*Aldeia da Bela Floresta Verde*” devido ao mato existente no “Morro do Mololó” e de que todos gostaram muito. Segundo Lídia, as coisas vão ficar muito melhor agora, pois, todos poderão ter sua casa e sua roça. Dizem que ao caminhar pela área, mesmo se ainda não conheceram tudo, encontraram muitos remédios, plantas, frutas e que seguramente encontrarão mais coisas. Comentaram também que o lugar é bom porque tem muitas árvores e porque avistaram os rastros de alguns bichos. Sobre a mata existente no Morro do Mololó, dizem que só vão *“usar mesmo para material. Não falta lenha no local. Tem muita lenha e não precisará cortar árvores”*. Diferentemente de Camboinhas, não falta lenha seca na área, servindo para fazer o fogo em cada uma das casas. Ficaram muito felizes também pela quantidade de matéria prima existente e que servirá para a confecção de artesanato e para a construção das casas. Como se pode observar no desenho da aldeia juntado em anexo, encontramos muitos locais com bambu e taquara, além de uma ampla zona de sapé, que servirá para cobrir as casas. Identificamos ainda locais com paus para fazer artesanato e onde se encontra muitos tipos de remédios que os mais velhos sabem usar.

Estando a área numa região mais ampla de proteção ambiental, a comunidade gostou muito da tranqüilidade do local e da relativa distância que estão dos não-indígenas. Como é possível observar no desenho feito por Joaquim Benites, a aldeia já está relativamente bem mapeada e o local de construção das casas já foi decidido, assim como o local de construção da “casa de reza”. Querem construir as casas em área plana, perto da mata e beirando o pé do morro. Entre as casas e o brejo, farão as roças de milho, mandioca, banana, feijão, batata doce, etc. Joaquim disse que *“esse meio entre o brejo é bom para plantar porque a terra fica muito adubada”*. Segundo Lídia, *“a terra é boa pra plantar, a terra é muito boa lá, tem remédio, tem taquara, tem mato e é plano. Gostei muito porque tem uma parte que é plana [...] é bom porque a terra é preta e a gente sabe o que dá para plantar pelo mato que já tem. Quando tem sapé é que dá arroz. Já dá para saber o que cresce”*. Lídia diz que fará plantação de *“milho, feijão, batata doce”*. Na parte próxima ao Canal da Costa, onde a terra já está mais sedimentada, Joaquim diz que é possível plantar *“cana e banana nanica”*.

Na entrada da aldeia, um pouco distante do local das residências, construirão a escola e o posto de saúde, assim como o campinho de futebol. Esse local foi definido por

estar na entrada na aldeia. Desse modo, os visitantes não precisam entrar na zona de habitação, como ocorria em Camboinhas.

Como já dissemos, para que se forme uma aldeia Mbya-Guarani é necessário que se somem as condições essenciais e que o lugar seja, de uma forma ou outra, aprovado pelas divindades através da reza e das *“belas palavras”*. Lídia afirma que já vinha *“prevendo”* que encontrariam uma terra boa *“yvy porã”*, com mato, com água, com taquara e onde as crianças pudessem plantar e viver o jeito Guarani de ser, diferentemente de Camboinhas que não as condições necessárias para se ter uma roça. Joaquim Benites, por sua vez, contou que já viajou por boa parte do litoral do Estado do Rio de Janeiro, desde Parati até Rio das Ostras, e afirmou que *“essa área aqui foi a melhor que eu vi. O lugar é bem tranqüilo para viver com a família. A gente já se sente feliz”*.

VI – Conclusão.

Para concluir esse relatório gostaríamos de dizer que os limites propostos da área de Maricá são o mínimo para resguardar a reprodução física e cultural da comunidade Mbya-Guarani. **No entanto, gostaríamos que ficasse claro que esse relatório veio demonstrar que a área de Maricá é adequada à Comunidade Mbya-Guarani podendo se constituir uma Terra Indígena Guarani nos molde de uma Reserva Indígena segundo os artigos 26 e 27 da lei 6001/73.**

Enfim, segundo solicitação das lideranças de Camboinhas, gostaríamos também que ficasse registrado nesse documento algumas recomendações feitas por parte da comunidade:

1. Que o processo de constituição de Terra Indígena ocorra da forma mais rápida possível, com a plena participação da comunidade indígena;
2. Que os entes públicos envolvidos nesse processo ajudem logisticamente na constituição da nova aldeia, com auxílio para a mudança, com auxílio para as novas roças e qualquer outra necessidade por vir.

3. Que os entes públicos envolvidos nesse processo ajudem a comunidade a solucionar a questão da água, ajudando na construção de um poço para o abastecimento da aldeia em água potável.

VII – Bibliografia.

Fonte secundária

ASSIS, V. & GARLET, I., 2004. “Análise sobre as populações Guarani contemporâneas: demografia, espacialidades e questões fundiárias”, in: *Revista das Índias*, vol LXIV, nº 230, pgs. 35-54.

AZANHA, G. & LADEIRA, M. I., 1988. *Os Índios da Serra do Mar – A presença Mbya-Guarani em São Paulo*, São Paulo, CTI, Nova Stella.

BERTONI, M., 1927. *La civilización Guarani; La higiene Guarani, La medecina Guarani*, Puerto Bertoni, Sylvis.

BORBA, T., 1908. *Actualidade Indígena*, Curitiba, Paraná.

CAPISTRANO DE ABREU, J., 1989. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Belo Horizonte, Editora Italiana Limitada.

CADOGAN, L., 1992. *Ayvu rapyta; textos míticos de los Mbya-Guarani Del Guairá*, Asunción, Fundación León Cadogan, CEADUC.

CALIXTO, B., 1902. “Os primitivos aldeamentos indígenas e índios mansos de Itanhaém”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. VIII, São Paulo.

CHAMORRO, G., 2008. *Terra Madura, Yvy Araguayje: Fundamento da Palavra Guarani*, Dourados, Ed. UFGD.

CLASTRES, H., 1978. *Terra Sem Mal: o profetismo tupi-guarani*, São Paulo, Ed. Brasiliense.

CLASTRES, P. 1974. *La Société contre l'Etat. Recherches d'anthropologie politique*, Paris, Minuit.

CLASTRES, P. 1974. *Le Grand Parler: mythes ET chants sacrés des Indiens Guarani*, Paris, Ed. Seuil.

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 2004. *Terras Guarani no Litoral: Ka'agüy oreramói kuéry ojou rive vaekue y (as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós)*, São Paulo, CTI.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2005. *Povos Indígenas no Brasil*, São Paulo, Instituto Socioambiental.

LADEIRA, M. I., 2007. *O Caminhar sobre a luz: território mbya à beira do oceano*, São Paulo, FAPESP, Ed. UNESP.

MELIA, B., 1988. *El Guarani Conquistado y reducido; ensayos de etnohistoria*, Asunción, CEADUC (2° Ed.).

MELIA, B., 1991. *El Guarani: experiência religiosa*, Asunción, CEADUC.

METRAUX, A., 1927. "Les migrations historiques de Tupi-Guarani", in: *Le Journal de La Société des Américanistes*, n° XIX, Paris.

METRAUX, A., 1979. *A religião dos Tupinambás e suas relações com as demais tribos tupi-guaranis*, São Paulo, USP, Col. Brasileira.

NIMUENDAJU, C., 1987 [1914]. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapokuva-Guarani*, São Paulo, HUCITEC, EDUPS.

NIMUENDAJU, C., 1954. "Apontamentos sobre os Guarani", in: *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Separata, n° 8, pgs. 9-57.

PISSOLATO, E., 2006. *A duração da pessoa, mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)*, tese de doutorado UFRJ/MN/PPGAS, Rio de Janeiro.

RUIZ DE MONTOYA, A., 1985 (1639). *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*, Porto Alegre, Martins Livreiro.

SCHADEN, E., 1974. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*, São Paulo, EDUSP.

SUSNIK, B., 1979. *Etnohistoria de los Guaranies: época colonial*, vil. II, Asunción.

VIANNA, J. C. 1844. Sem Título. In: *Relatório de Presidentes de Província do ano de 1844*, Nictheroy.

Fonte primária

- Relatório do delegado do Serviço de Proteção aos Índios de São Paulo, datado de 16 de Março de 1949, destinada ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios do Rio de Janeiro. Microfilme 322, planilha 994, fotogramas 0345 a 0347.

VIII. Anexos

